

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

RAFAELA SOARES DOS SANTOS

**LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE A DIDÁTICA
DOCENTE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA-AL**

Delmiro Gouveia/AL

2021

RAFAELA SOARES DOS SANTOS

**LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE A DIDÁTICA
DOCENTE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA-AL**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado
ao Curso de Pedagogia, da Universidade
Federal de Alagoas, como requisito parcial para
a obtenção do título de Pedagoga.
Orientador(a): Prof. Ma. Giseliane Medeiros

Delmiro Gouveia/AL

2021

Catálogo na fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca do Campus Sertão

Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S2371 Santos, Rafaela Soares dos

Ludicidade na educação infantil: reflexões sobre a didática docente em uma escola municipal de Delmiro Gouveia – AL / Rafaela Soares dos Santos. – 2021.

67 f.

Orientação: Giseliane Medeiros Almeida.

Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Educação infantil. 2. Prática pedagógica. 3. Ludicidade. 4. Ensino e aprendizagem. 5. Delmiro Gouveia – Alagoas. I. Almeida, Giseliane Medeiros. II. Título.

CDU: 373.3

RAFAELA SOARES DOS SANTOS

**LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE A DIDÁTICA
DOCENTE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA-AL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia, da
Universidade Federal de Alagoas –
Campus do Sertão, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de
Graduada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Giseliane Medeiros

Aprovada em: 24 / 02 / 2021

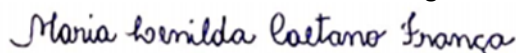
BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Prof^a. Ma. Giseliane Medeiros Almeida
Universidade Federal de Alagoas – UFAL



Prof^a. Dra. Lilian Kelly de Almeida Figueiredo Voss
Universidade Federal de Alagoas – UFAL



Prof^a. Ma. Maria Lenilda França
Faculdade Pio Décimo de Canindé de São Francisco - FAPIDE

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, em seguida à minha família, principalmente aos meus pais e meus irmãos por sempre acreditar na minha capacidade, além de todo carinho e apoio dado, onde não mediram esforços para que eu chegasse até aqui. Aos meus Professores (as), primos (as), amigos (as), tios (as) e colegas de Curso, simplesmente obrigada por todo apoio e por todos os ensinamentos, que certamente levarei por toda a minha vida. Enfim, obrigada por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu força, saúde e me acompanhou em todos os momentos.

Aos meus pais, Luiz Vicente Dos Santos e Sônia Soares Dos Santos, que, mais do que me proporcionou uma boa infância, deram-me uma vida regada de bons momentos, formaram os fundamentos do meu caráter e são o meu porto seguro, incentivando-me e acreditando no meu potencial.

Aos meus irmãos Sônia Paula, Priscila, Daniela e Luiz Henrique que fizeram parte de minha infância e que sempre me proporciona bons momentos.

A meu esposo, Dionjoerlys, que me compreendeu quando eu estava ausente e me deu forças para continuar; meu companheiro e amigo amoroso, o qual ouvia sempre com paciência minhas angustias.

Ao meu filho Davi Luiz, que me proporcionou muitos momentos de alegria e, nos meus momentos difíceis, trouxe-me o riso para aliviar minha agonia.

Minha sogra querida por sempre ouvir minhas lamentações e me socorrer quando precisava.

Aos meus demais familiares que compreenderam minha ausência nos encontros de família.

Aos meus amigos, que com sua amizade, faz-nos melhor a cada dia, nos gestos, nos abraços, nos sorrisos, nas palavras.

Aos colegas da turma de pedagogia 2015.1 pela amizade e por nos proporcionar crescimento pessoal.

A minha orientadora, Giseliane Medeiros Almeida, exemplo admirável de comprometimento com a educação, que caminhou comigo, incentivando-me e guiando-me.

Aos professores e professoras do curso de Pedagogia pelos conhecimentos adquiridos.

À instituição que me recebeu de braços abertos, disponibilizando o espaço para a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram/fazem parte da minha formação e aos que torceram/torcem por mim!

“A atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa”.

(JEAN PIAGET)

RESUMO

As brincadeiras sempre fizeram parte do mundo das crianças desde o início dos tempos, sendo um meio primordial de desenvolvimento e aprendizagem. Esse trabalho apresentou um breve histórico da Educação Infantil e os processos de ensino aprendizagem para a criança, ressaltando a importância da ludicidade e interação para que a criança construa seus conceitos, amplie seu vocabulário, se desenvolva por inteiro de maneira prazerosa. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as concepções e práticas acerca da ludicidade para docentes da Educação Infantil, percebendo seu papel para o desenvolvimento da criança em uma escola municipal da cidade de Delmiro Gouveia. A metodologia adotada para realização deste trabalho foi a pesquisa de campo com abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de aplicação de questionários com duas professoras que atuam na Educação Infantil do referido município e com aportes teóricos em autores como: Oliveira (2002), Mendonça (2012), Aries (1986), BNCC (2017), LDB (1996), Kishimoto (2010), Lakatos e Marconi (2003), Kulmann (2015), entre outros autores que debatem a respeito do tema abordado. Após a análise dos dados, apontou-se que a ludicidade além de favorecer no processo de ensino e aprendizagem da criança, tem contribuído para a socialização, o aprendizado de regras e a construção do conhecimento, constituindo-se em uma ferramenta pedagógica importante para o processo de desenvolvimento integral da criança.

Palavras-chave: Ludicidade. Educação Infantil. Prática pedagógica.

ABSTRACT

Play has always been part of the world of children since the beginning of time, being a primary means of development and learning. This work presented a brief history of Early Childhood Education and the teaching-learning processes for the child, emphasizing the importance of playfulness and interaction for the child to build his concepts, expand his vocabulary, develop entirely in a pleasant way. The present work has as general objective to analyze the conceptions and practices about playfulness for teachers of Early Childhood Education, realizing its role for the development of the child in a municipal school in the city of Delmiro Gouveia. The methodology adopted to carry out this work was a field research with a qualitative approach, developed through the application of questionnaires with two teachers who work in Early Childhood Education in the aforementioned municipality and with theoretical contributions by authors such as: Oliveira (2002), Mendonça (2012), Aries (1986), BNCC (2017), LDB (1996), Kishimoto (2010), Lakatos and Marconi (2003), Kulmann (2015), among other authors who debate about the topic addressed. After analyzing the data, it was pointed out that playfulness, in addition to favoring the child's teaching and learning process, has contributed to socialization, rule learning and the construction of knowledge, constituting an important pedagogical tool for the integral child development process.

Keywords: Playfulness. Child education. Pedagogical practice.

LISTA DE SIGLAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CNE- Conselho Nacional de Educação

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

DCNEI- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

MEC- Ministério da Educação

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Metodologia da Pesquisa	15
2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	18
2.1. Lúdico como uma ferramenta para promoção do desenvolvimento integral	26
2.2. Formação docente e prática pedagógica	34
3. OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DE PRÁTICAS PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA DE DELMIRO GOUVEIA	38
3.1. Perfil dos docentes	38
3.2. Ludicidade e Educação Infantil: percepções docentes	42
3.3. Interações e brincadeiras na Educação Infantil como eixos estruturantes: práxis docentes	44
3.4. Planejamento, currículo, didática e avaliação na Educação Infantil: promovendo o desenvolvimento integral	48
3.5. Observação em sala de experiência	55
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES	63

1.INTRODUÇÃO

A Ludicidade na Educação Infantil é uma temática de grande importância no âmbito acadêmico e na formação do professor, uma vez que, possibilita o conhecimento das práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar, motivo pelo qual deu-se a escolha do tema abordado neste trabalho: “Ludicidade na Educação Infantil: reflexões sobre a didática docente em uma escola municipal de Delmiro Gouveia-AL”, relacionando-se teoria e prática a partir do campo de pesquisa.

E segundo o dicionário Aurélio ludicidade significa: “qualidade do que é lúdico”. Ludicidade são atividades de caráter livre, para que uma brincadeira seja considerada lúdica ela deve ser de escolha da criança participar ou não dela (BROUGÈRE 2010). A ludicidade não se delimita apenas aos jogos, as brincadeiras e aos brinquedos, ela está relacionada a toda atividade livre e prazerosa, podendo ser realizada em grupo ou individual.

É por meio das brincadeiras que as crianças expressam seus sentimentos, aprendem que existem regras a serem respeitadas, se colocam no lugar do outro e expõem as relações do seu cotidiano. As brincadeiras permitem que o professor trabalhe com o concreto ou abstrato, permite diversas maneiras e formas das crianças realizarem determinada atividade proposta, prevalecendo um aprendizado significativo e divertido.

O lúdico é uma ferramenta essencial no processo de ensino-aprendizagem da Educação Infantil, é função da escola, planejar atividades lúdicas que promovam o aprendizado e o desenvolvimento integral da criança. Pois é através dos brinquedos, jogos e as brincadeiras que a criança vivencia fatos e desenvolve a sua cognição de forma prazerosa, numa interação com educadores e as outras crianças. A imaginação surge no mundo da criança, portanto, da ação que a mesma deseja realizar, de acordo com a sua realidade (VYGOTSKY, 2007). A essência do brinquedo é a formação de significados entre o mundo imaginário e o mundo real. Para o desenvolvimento da criança, os fatores mais importantes são as interações com os adultos, servindo como ponto de partida para a socialização com o meio onde vive.

A escolha deste tema foi a base para desenvolver a pesquisa, ao observar a realidade empírica do campo de atuação, que durante o estágio supervisionado II na Educação infantil, percebeu-se a falta do brincar nas vivências das crianças, o que

instigou compreender quais as concepções que os docentes tem sobre o brincar e sua implicação no desenvolvimento da criança.

Nessa perspectiva surgiram questionamentos em torno de se pensar com relação a: O que pensam os docentes de Educação Infantil acerca da ludicidade na prática pedagógica no cotidiano escolar? Quais são suas concepções?

Estas são perguntas que nortearam o objeto de pesquisa em prol de compreender as dificuldades e possibilidades da ludicidade no contexto da prática pedagógica e desenvolvimento da criança da Educação Infantil. Essa pesquisa é relevante e emergente, na medida em que o lúdico aplicado a *práxis* docente proporciona múltiplas estratégias de desenvolvimento integral da criança, respeitando seus direitos e possibilitando das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil.

Conforme Hoffmann (2012), acompanhar o desenvolvimento de uma criança de forma plena, exige muito mais do que uma simples nota, pelo fato de cada criança apresentar a sua particularidade. Considera-se que umas desenvolvem-se de forma muito rápida, outras, mais lenta. O processo avaliativo deve interligar-se ao planejamento, de modo que leve em consideração as experiências de vida da criança. E pode-se tornar um meio para trabalhar com os projetos pedagógicos envolvendo temáticas diversificadas, tais como, as brincadeiras, os jogos etc.

Nesse sentido, jogos, brinquedos e brincadeiras não são apenas um entretenimento, mas uma atividade que possibilita a aprendizagem de várias habilidades e, portanto, é com esse desenvolvimento prazeroso da criança que o educador deverá relacionar com o lúdico, realizando os jogos, brinquedos e brincadeiras não apenas como recursos pedagógicos decorrente dos diversos níveis do conhecimento.

Esse estudo teve como objetivo geral analisar as concepções e práticas acerca da ludicidade dos docentes da Educação Infantil, percebendo seu papel para o desenvolvimento da criança. E os objetivos específicos foram propostos os seguintes: Destacar as concepções da ludicidade na prática pedagógica da Educação Infantil a partir da perspectiva dos professores; Perceber a representação que o professor faz sobre o brincar e a ludicidade. E, compreender o papel da ludicidade no desenvolvimento da criança em suas especificidades.

O presente trabalho está dividido em seções, sendo que na primeira diz respeito à Introdução, Metodologia da pesquisa, Breve contextualização da Educação Infantil no Brasil, Lúdico para o desenvolvimento infantil, Formação docente e prática pedagógica na educação infantil, 3. Observação e análise de práticas pedagógicas na educação infantil em uma escola municipal de Delmiro Gouveia –Al, Perfil dos docentes, Ludicidade e Educação Infantil: percepções docentes, Interações e brincadeira na Educação Infantil como eixos estruturantes: *práxis* docentes, Planejamento, currículo, didática e avaliação na Educação Infantil: promovendo o desenvolvimento integral, observação em sala de experiência. Considerações finais.

Portanto, espera-se que esse trabalho sirva de reflexão para os professores de iniciativa para repensarem suas práticas, de maneira que possam planejar suas aulas para proporcionar uma aprendizagem mais prazerosa e divertida para as crianças.

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse estudo se caracterizou como uma pesquisa de campo de tipo qualitativa, com aplicação de questionário e observação participante.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.186):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 186).

Assim, o presente trabalho iniciou-se com um levantamento bibliográfico com vistas à construção de um referencial teórico apto a contribuir com o trabalho de Campo.

O tipo da pesquisa diz respeito a qualitativa, a qual de acordo com Minayo (2009, p. 21),

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade, que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse

conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Sob essas orientações, entende-se que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (GOLDENBERG, 1999).

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados necessita de interação e se valem de diferentes abordagens.

E na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado.

Dentre os procedimentos metodológicos optou-se nesta pesquisa por uma abordagem participante por meio da qual o pesquisador participa ou observa a organização que estuda; por meio entrevistas ou conversas para descobrir as interpretações sobre as situações que observou, podendo comparar e interpretar as respostas dadas em diferentes momentos e situações.

A pesquisa foi realizada em uma escola do municipal de Delmiro Gouveia-AL, na qual foram feitas seis dias de visitas, a partir das quais foram feitas observações participantes em uma sala com crianças de 4 e 5 anos. E foram aplicados dois questionários com duas professores que lecionam nas turmas de Educação Infantil.

E segundo Chizzotti (1991) define o questionário como:

Um conjunto de questões sobre o problema, previamente elaboradas, para serem respondidas por um interlocutor, por escrito ou oralmente. Neste último caso, o pesquisador se encarrega de preencher as questões respondidas [...] A elaboração de um questionário pressupõe a apropriação de algumas

técnicas para chegar aos problemas centrais da pesquisa. (CHIZZOTTI, 1991, p.44-45).

E ainda esclarece que um questionário consiste em,

Um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar e informar. É uma interlocução planejada. (CHIZZOTTI, 1991, p.55).

Nesse sentido, para a execução de um questionário de pesquisa, é necessário que o pesquisador saiba com exatidão as informações que busca e o objetivo da pesquisa e que o informante possa compreender claramente as questões que lhe são propostas.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A história da Educação Infantil nem sempre teve um lugar importante na formação da criança. A Educação Infantil surgiu como uma instituição assistencialista que vinha com objetivo de suprir as necessidades da criança e de ocupar, em muitos aspectos o lugar da família. Então houve muitas transformações no campo da Educação Infantil de zero a seis anos¹, no Brasil, ocorridas a partir do final dos anos 1980, foram destacados num contexto de reivindicações por educação pública, gratuita e de qualidade, reconhecidas na legislação (LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

E a trajetória histórica da infância dos dias atuais é bem diferente de alguns séculos. É importante destacar que a visão que se tem da criança é algo historicamente construído, por isso é que se pode perceber as grandes diferenças em relação ao sentimento de infância no decorrer dos tempos. O que hoje pode parecer uma aberração, como a indiferença destinada à criança, há séculos era algo absolutamente normal. Por maior que isso seja, a sociedade nem sempre viu a criança como um ser em particular, e por muito tempo a tratou como um adulto em miniatura. Segundo Áries (1986), “[...] o sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem” (ÁRIES, 1986, p. 99).

Nessa perspectiva o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia do adulto, e, portanto, merece um olhar mais específico.

Até o século XVII a sociedade não dava muita atenção às crianças. Devido às más condições sanitárias, a mortalidade infantil alcançava níveis alarmantes, por isso a criança era vista como um ser ao qual não se podia apegar, pois a qualquer momento ela poderia deixar de existir. Muitas não conseguiam ultrapassar a primeira infância. O índice de natalidade também era alto, o que ocasionava uma espécie de substituição das crianças mortas. A perda era vista como algo natural e que não merecia ser lamentada por muito tempo, como pode ser constatado no comentário de

¹ Em 2009 ocorreu a implementação do Ensino Fundamental de oito para nove anos e com ele a Educação Infantil passou a ser de 0 a 5 anos e 11 meses.

Áries (1978) “[...] as pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual...” (ARIES, 1986 p. 22).

De acordo com Aries (1986), na sociedade medieval, o sentimento da infância não existia. Os laços afetivos eram diferentes dos de hoje. Os pequenos eram criados por amas de leite e por volta dos sete anos eram considerados adultos em miniatura. E muitas eram as dificuldades encontradas para que essas crianças passassem da primeira infância, pois havia muita mortalidade, devido principalmente à falta de cuidados de higiene e saúde.

A Educação Infantil no Brasil esteve durante séculos sob a responsabilidade da família, pois era no convívio familiar que a criança aprendia as tradições e regras da sociedade. As primeiras instituições começaram a surgir no século XIX possuindo caráter assistencialista assim como os asilos e os orfanatos. Essas creches eram destinadas a auxiliar as mães que precisavam trabalhar por serem viúvas ou mães solteiras. Alguns fatores contribuíram para que a instituição passasse a atender as demais crianças, como a desnutrição, a mortalidade infantil e os acidentes domésticos. É importante ressaltar que em décadas passadas a mortalidade infantil possuía índices altíssimos e, por isso, era considerada comum a criança não ultrapassar os três primeiros anos. Alguns educadores, religiosos e empresários começaram a pensar em um espaço.

Somente no final do século XIII, segundo Ariés (1986), [...] “ainda não existiam crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens em tamanho reduzido” (ARIÉS, 1986, p. 51). E somente no final do século XVIII a criança passou a ser vista como sujeito de necessidades, surgiu os jardins de infância, aparecendo assim, as primeiras intenções pedagógicas nas instituições de educação infantil.

No século XIX, Froebel² fundou o primeiro jardim de infância (kindergarten), na década de 1840, em Blankenburg, na Alemanha, pretendia não apenas reformar a educação pré-escolar mas, por meio dela, a estrutura familiar e os cuidados dedicados à infância (...). (KULMANN JR, 2015, p. 109). A teoria froebeliana concebe a criança como “sementinha” que precisa ser resgadas e bem tratadas para crescerem fortes e dar bons frutos e os professores como “jardineiras”, com responsabilidade de cuidar da planta de maneira que alcance seu pleno crescimento.

² O alemão Friedrich Froebel (1782-1852) foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas - ideia hoje consagrada pela psicologia, ciência da qual foi precursor.

Froebel, com o jardim de infância, pensava em uma instituição que levasse em conta a especificidade da criança menor de sete anos de idade. Mas as suas ideias não eram contrárias à educação escolar e sim contemporâneas das propostas que pretendiam renovar a Pedagogia nos estabelecimentos de ensino. (KULMANN, 2015, p. 132).

Com essa proposta pedagógica, do teórico Froebel batizou de jogos as tarefas realizadas nos jardins de infância, e de dons ou dádivas, o material usado nessas tarefas. E a participação e a alegria da criança no jogo garantiam o seu desenvolvimento pedagógico; os primeiros jardins-de-infância foram pensados para filhos da classe média alta.

De acordo com Froebel, os primeiros anos da infância de uma criança são cruciais para sua progressão cognitiva, social, emocional. Para tanto, os jogos são demasiadamente importantes. Via a brincadeira como essencial no processo de desenvolvimento infantil. Por essa razão, criou métodos lúdicos, onde (...) “indicava o uso constante da bola: por esta ser o centro de excelência da experiência infantil, nela se encontra a atividade criadora e a atividade cognitiva” (...). (KULMANN, 2015, p. 131).

Conforme Mendonça (2012), no Brasil, a educação pública só teve início no século XX. Durante várias décadas, houve diversas transformações: a pré-escola não tinha caráter formal, não havia professores qualificados e a mão-de-obra era muita das vezes formada por voluntários, que rapidamente desistiam desse trabalho. Graças à Constituição de 1988, a criança foi colocada no lugar de sujeito de direitos e a educação infantil foi incluída no sistema educacional.

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais. (RCNEI – Vol. 1, 1998, p. 21)

E é por isso que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil RCNEI (1998), traz a concepção de infância como construída historicamente e a ideia de que atualmente não há apenas uma maneira de se considerar a criança, pois há múltiplas diversidades de realidades sociais, culturais, étnicas e etc. que podem

interferir nessa noção de infância. Sabemos que existem crianças que trabalham, que são exploradas, que sofrem maus tratos e abusos, que não possuem seus direitos garantidos.

Oliveira (2011) destaca que no final da década de 1920 e no início dos anos 1930, as mulheres que trabalhavam fora, lutaram por locais onde pudessem deixar seus filhos durante o horário de trabalho, sendo assim a creche surge no Brasil, de cunho assistencialista visando apenas o “cuidar”, decorrente do processo de industrialização e urbanização do país. Nota-se que a Educação Infantil surgiu com um caráter de assistência à saúde e preservação da vida, não se incluindo com o fator educacional, sem fins educativos, mas sim, para prestar somente assistência.

De acordo com a consolidação das leis trabalhistas, em maio de 1943 ocorreu uma normatização e regulação das relações de trabalho. As mães trabalhadoras passaram a ter amparo legal quanto às questões de maternidade e de assistência à infância. A seção V da lei abrange a proteção à maternidade, e, conforme os artigos 397, 399 e 400, após o período de licença maternidade, os pequenos também ganharam o amparo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)³, como podemos verificar a seguir:

Art. 397 - O SESI, o SESC, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternais e jardins de infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas. Art. 399 - O Ministro do Trabalho e da Administração conferirá diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações. Art. 400 - Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária. (BRASIL, 1943).

Oliveira (2002), apontou que anos 1970, o Brasil assimilou as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e Europa, que sustentavam que as crianças mais pobres sofriam de privação cultural e eram colocadas para explicar o fracasso escolar, esta ideia direcionou por muito tempo a Educação Infantil, enraizando uma visão

³ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é a principal norma legislativa brasileira referente ao Direito do trabalho, criada através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.

assistencialista e compensatória, foram então adotadas sem que houvesse uma reflexão crítica mais profunda sobre as raízes estruturais dos problemas sociais. Isto passou a influir nas decisões de políticas de educação Infantil. (OLIVEIRA, 2002, p. 109).

Kuhlmann Jr. (2003), destaca que a educação assistencialista seria, a de propor, um atendimento de baixa qualidade para que as crianças de baixa renda já se preparassem para um futuro na mesma condição. O péssimo atendimento seria uma maneira de garantir um acomodamento futuro para que permanecesse na mesma condição social, sem buscar melhorias. Afirmava-se que o atendimento deveria ser compatível com a classe social, ou seja, quanto mais pobre pior seria o atendimento.

O atendimento à criança tem se constituído ao longo dos anos, assim como sua valorização. Muitas modificações ocorreram até o século XX, porém, entre o discurso e a realidade, existe uma grande distância. Os objetivos das instituições passaram por muitas modificações: de médico-sanitarista para o assistencialista; do assistencialista para o âmbito social; e, deste, para o educacional.

Com passar dos anos, ocorreram muitas mudanças na área da Educação Infantil e na concepção de infância. Durante a década de 1980, com essas mudanças foram criadas leis tanto para Educação Infantil como para a criança. A Constituição de 1988, essa lei foi criada para garantir a criança o direito de frequentarem as creches e pré-escolas e em 1990 foi criado também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para reafirma essa garantia. E segundo a Constituição(1988):

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 1).

De acordo com Oliveira (2002), na metade da década de 1990, ocorreu uma ampliação sobre a concepção de infância, agora procura se entender a criança como um ser histórico, onde a aprendizagem se dá pela interação entre as crianças e seu entorno social.

A LDB ficou sete anos em debate, porque havia muitos embates e conflitos de interesses em jogo entre as forças que integravam o Congresso Nacional naquela época, até que foi aprovada em 20 de dezembro 1996. A LDB está em sintonia com

as reformas neoliberais implantadas pelo governo brasileiro nos anos 1990. A LDB/96 foi construída com base na Constituição Federal de 1988, que reconheceu como direito da criança o acesso à educação infantil, em creches e pré-escolas. Assim, pela primeira vez na história do Brasil, uma lei federal deu direito de acesso das crianças de zero a seis anos à educação infantil, passando a ser dever de o Estado manter instituições educativas que atendam sua faixa etária.

Conforme no art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/94 (LDB) a Educação Infantil foi conceituada e destinada como a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Foi na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB Nº 9394/96), que o termo Educação Infantil ganhou a forma mais favorável à criança. A LDB declara que a Educação Infantil começa dos 0 aos 3 anos de idade para quem precisa estar numa creche, prosseguindo de 4 a 5 anos de idade como pré-escola, tornando-se Educação Infantil, também um ciclo de 5 anos de formação contínua e parte integrante, constituidora, da Educação Básica brasileira.

Em 1998, foi criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), trazendo mudanças na área da educação infantil, considerando a criança como um ser em processo de construção de identidade, autonomia e de importância para a sociedade.

O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil foi dividido em dois âmbitos de experiências - Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, organizado por eixos de trabalho: Identidade e autonomia, Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática. É dividido respectivamente em três volumes: Introdução, Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo. (RCNEI, 1998).

O RCNEI vem mostrando a importância das brincadeiras para o desenvolvimento da criança, é por meio delas que as crianças conseguirão internalizar as vivências e as experiências transformando-as em aprendizagem. Nesse universo, principalmente as brincadeiras de faz de conta deverão integrar o ambiente educacional como metodologia da prática pedagógica. Entretanto, há de considerar

que o professor cumpre o papel de intermediador na atividade, proporcionando recursos lúdicos para que a criança se desenvolva espontaneamente.

E que a Educação Infantil deve ser um ambiente de liberdade de expressão, de convívio e de aprendizagem de variedades, que possibilitem integração e socialização para a criança. E a base para todo desenvolvimento da criança suas expectativas, seus direitos como cidadão participante de uma sociedade que constrói e participa politicamente do desenvolvimento social. (BRASIL 1998).

Em 2017 foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento para que todas as escolas tenham um padrão mínimo de instrução, e esperado que essa padronização aumente a qualidade do ensino no país, especialmente nas escolas públicas.

O E-book emitido pela Nova Escola (2018) ressalta que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

[...]dá um salto histórico ao reconhecer a Educação Infantil como uma etapa essencial e estabelecer direitos de aprendizagem para crianças de 0 a 5 anos. O documento também inova ao reconhecer essa etapa da Educação Básica como fundamental para a construção da identidade e da subjetividade da criança. “O importante é criar condições para a formulação de perguntas. As crianças precisam pensar sobre o mundo ao seu redor, desenvolver estratégias de observação, criar hipóteses e narrativas. (NOVA ESCOLA, 2018, P.4).

De acordo com a BNCC, os professores precisam ter em mente os seis direitos de aprendizagem, que são eles: “o conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro...O brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. O participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras... O explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela...O expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas,

hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. E Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário”. (BRASIL,2017, p.38). Só assim ele garante um bom trabalho com as crianças.

Atualmente, a Educação Infantil estabelece um segmento importante no processo educativo, por um lado a sociedade está mais consciente da importância da primeira infância e de educar os pequenos para que se tornem bons para a sociedade, mas vale ressaltar que ainda nos tempos de hoje nem todos conseguem usufruir desses direitos, pois a desigualdade social, falta de estrutura, falta de verbas, fazem com que os menos favorecidos não sejam incluídos nesse processo.

Por isso, é preciso fazer com que essa fase educacional seja realmente vista como meio pelo qual se pode provocar e estimular mudanças futuras, além de ser de total responsabilidade de toda uma sociedade, que possa fazer com que essa educação possa fortalecer os compromissos e reforçar o papel do cidadão juntamente com o todos aqueles que a defendem como fase educativa de extrema importância na vida da criança. E é necessária que haja uma preparação dessa etapa educacional de maneira séria e eficaz onde deva partir da identidade própria da criança, é fundamental proporcionar experiências diversas a ela, tudo é experimentável e benéfico para a infância. É preciso atender as políticas para a Educação Infantil, considerar a realidade da criança de forma ampla, percebendo suas especificidades, ouvir o professor, a escola, a criança e a família nas suas limitações.

Foram muitas lutas e conquistas ao longa dessa trajetória, a criança brasileira de 0 a 5 anos é hoje concebida como um sujeito de direitos à educação, direitos que devem ser atendidos por instituições no âmbito dos sistemas escolares e no âmbito das esferas do governo.

E a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece cinco Campos de Experiência para a Educação Infantil, que indicam quais são as experiências fundamentais para que a criança aprenda e são eles: O eu, o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons, cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação, Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

A Educação Infantil é, portanto, um direito da criança, dever do Estado e da família.

2.1. Lúdico como uma ferramenta para promoção do desenvolvimento integral

Na Educação Infantil há uma diferença na forma de se trabalhar as atividades pois para compreender o desenvolvimento da criança é preciso levar em consideração vários aspectos como a idade, o espaço onde vive, as práticas culturais e a maneira que constroem significados. No brincar, a criança recria a realidade utilizando o sistema simbólico, por isso o brinquedo e as brincadeiras são ferramentas indispensáveis nas propostas pedagógicas da escola.

De acordo com o RCNEI (1998, p. 23),

[...] na instituição de Educação Infantil, pode-se oferecer as crianças condição para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Esse documento defende o uso de práticas que possam dar condições as crianças de se sentirem seguros para possibilitar experiências, momentos de descobertas. Com efeito, é possível dizer que as aprendizagens que ocorrem durante o desenvolvimento da criança são construídas durante as interações, por isso é fundamental a mediação e interação com um adulto, nesse caso, o professor.

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, “lúdico”, de origem na palavra latina, “ludus”. Seu significado quer dizer “jogo”. Entendido como adjetivo “que tem o caráter de jogos, brinquedos e divertimentos”, compreendendo “a atividade lúdica das crianças”. (FERREIRA, 2001, p. 433).

A ludicidade é um conteúdo que tem ganhado espaço nos mais diferentes setores da sociedade, as “atividades lúdicas fazem parte da vida do ser humano e, em especial, da vida da criança” (SANTOS, 2008, p. 57).

De acordo com Santos 2008, nos séculos passados, as atividades lúdicas tinham um olhar sem importância, recebendo um significado de menor valor. Somente a partir dos anos 1950 é que tais atividades passaram a ser valorizadas. Essa

mudança ocorreu devido aos avanços dos estudos da psicologia sobre a criança, colocando, assim, o lúdico em destaque.

Portanto, a ludicidade é um recurso metodológico de suma importância para auxiliara aprendizagem e a formação da criança. É por meio do brincar que a criança se relaciona com o meio onde vive e com os outros, o que lhe propicia dar significado a tudo que está ao seu redor. Neste sentido, a atividade lúdica não pode ser vista como um mero passatempo, pois por meio do brincar a criança desenvolve sua criatividade, sua curiosidade e sua compreensão de mundo.

Para que isso aconteça o professor tem que utilizar no seu cotidiano as brincadeiras, brinquedos, jogos, músicas, fantasias, contos entre outros, valorizando o aprendizado. É necessário que os professores usem como método didático o lúdico dentro das salas de aulas para garantir o que é proposto nas Diretrizes da Educação Infantil, tornando-se uma ferramenta indispensável na construção do saber.

Para Velasco (1996), as brincadeiras abordam o desenvolvimento, bem como a socialização e a aprendizagem. É nesse momento que a criança tem prazer em realizá-las, pois permite a ela todo o desenvolvimento sem esforço. Independente da época e da cultura, as crianças sempre brincaram e brincam, ou seja, elas vão brincar e aprender da forma que mais gostam.

Portanto o lúdico é de grande importância para as crianças, pois sem distinção de idade ou classe social, estas atividades lúdicas devem constar no contexto político pedagógico da escola. O lúdico compreende os jogos, as brincadeiras, as músicas, as contação de histórias e os próprios brinquedos, tanto as brincadeiras de antigamente, bem como as atuais, pois são de cunho educativo e auxiliam na aprendizagem das crianças, assim como no convívio social. É com a interação que as crianças vão desenvolvendo suas criatividades e liberdades.

Sabe-se que as atividades lúdicas são essenciais para Educação Infantil, pois existem inúmeros benefícios a serem desenvolvidos, como a criatividade, a socialização, a assimilação de valores.

O professor precisa estar ciente da importância do brincar na aprendizagem das crianças, fazendo com que o lúdico seja parte integrante do processo de ensino e aprendizagem na escola. Sendo o professor a peça chave para o desenvolvimento de suas crianças.

Segundo Luckesi (2005) a atividade lúdica é aquela que propicia à pessoa que a vive, uma sensação de liberdade, um estado de plenitude e de entrega total para essa vivência. Viver uma experiência plena significa participar verdadeiramente de uma atividade lúdica, isto é, envolver-se por inteiro, ser alegre, flexível e saudável.

A brincadeira lúdica, enquanto recurso pedagógico deve ser usado de maneira correta e séria. O papel do professor é intervir de forma adequada observando as perguntas que as crianças fazem e a maneira como exploram os brinquedos. Dessa forma irá perceber que existem várias possibilidades de intervenção durante as atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. A brincadeira lúdica exige estudo, conhecimento e pesquisa por parte do professor.

Segundo o RCNEI (1998),

[...] cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a autoestima. (BRASIL, 1998, p. 31)

É necessária uma conceituação do que significa ludicidade, pois há uma diversidade de descrições sobre esse termo, algumas até confusas. Não é necessário que haja brinquedos no cotidiano para que se possa realizar uma atividade lúdica. Ludicidade está diretamente relacionada com a atitude do professor, seu envolvimento com a construção do conhecimento das crianças.

Então percebe-se que o brincar é um direito e uma necessidade da criança e favorece a ela um aprendizado, pois é brincando que a criança se torna apto a viver numa ordem social e num mundo culturalmente simbólicos. É o mais completo dos processos educativos, pois influencia o intelecto, o emocional e o corpo da criança. Brincar faz parte da especificidade infantil e possibilita a criança no seu desenvolvimento e a busca de sua completude, seu saber, seus conhecimentos e suas expectativas do mundo. Por ser importante para as crianças, a atividade lúdica e suas múltiplas possibilidades pode e deve ser utilizada como recurso de aprendizagem e desenvolvimento.

O Referencial Curricular Nacional trata o brincar como atividade primordial na configuração da identidade e construção da autonomia na criança. Deste modo o documento afirma que:

[...] é o brincar agente significativo no fato de a criança desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde poder representar determinado papel na brincadeira de faz-de-conta, com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como atenção, a imitação, memória e a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (BRASIL, 1998, p.22).

A brincadeira na Educação Infantil não deve ser entendida, apenas como um passa tempo, mais como um colaborador para a melhoria das aprendizagens cognitivas, mas também brincam para satisfazer necessidades como, por exemplo, viver a brincadeira. Durante essas brincadeiras a criança utiliza seu corpo e o movimento como forma de interagir com outras e com o meio, produzindo culturas. Essas culturas estão apoiadas em valores com a ludicidade, a criatividade e nas suas experiências de movimento. E conforme Oliveira (2002):

Por meio da brincadeira, a criança pequena exercita capacidades nascentes, como as de representar o mundo e de distinguir entre pessoas, possibilitadas especialmente pelos jogos de faz-de-conta e os de alternância respectivamente. Ao brincar, a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, ao tomar o papel do outro na brincadeira, começa a perceber as diferenças perspectivas de uma situação, o que lhe facilita a elaboração do diálogo interior característicos de seu pensamento verbal. (OLIVEIRA, 2002, p. 160).

Sendo assim, a brincadeira é como uma atividade social específica, ou seja, ela é fundamental na interação e construção de conhecimentos da realidade das crianças e a mesma faz com que se estabeleça um vínculo com a função pedagógica da pré-escola.

O brincar na educação infantil é uma forma importante de comunicação, é por meio deste ato que a criança pode produzir seu cotidiano, no mundo de fantasia e imaginação. A brincadeira possibilita o processo de aprendizagem da criança pois facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI):

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. (BRASIL, 1998, p 21).

Percebe-se que as crianças possuem jeito particular de ser pois é importante que possamos compreender e reconhecer por meio das interações sociais é que constrói seu próprio conhecimento. E o brincar favorece a autoestima da criança e a interação entre elas, proporcionando uma aprendizagem e desenvolvimento e suas capacidades cognitivas. As brincadeiras e jogos desafiam as crianças, possibilitando as descobertas e compreensão de que o mundo está cheio de oportunidades para a expansão da vida.

Para Vygotsky (1984 apud KISHIMOTO, 2011, p.67), “o que define o brincar é a situação imaginária criada pela criança. Além disso, devemos levar em conta que brincar preenche necessidades que mudam de acordo com a idade”.

Segundo Oliveira (2000), o brincar não significa apenas divertir-se sem fundamento e razão, caracterizando-se como uma das formas mais complexas da criança em comunicar-se consigo mesma e com o mundo, ou seja, o desenvolvimento dá-se por meio de trocas experimentais mútuas estabelecidas durante toda sua vida. Assim, através do brincar, a criança pode desenvolver capacidades importantes, como, por exemplo, a atenção, a memória, a imitação, a imaginação, entre outros, que propiciam à criança o desenvolvimento de determinadas áreas da personalidade, a saber: afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade.

Kishimoto (1998) afirma que ao brincar, a criança não está preocupada com os resultados da brincadeira—fato possível de ser observado durante e depois da brincadeira. O que a impulsiona a explorar e descobrir o mundo é o prazer e a motivação que surgem da necessidade de aprender através por exemplos dos pais, amigos ou pessoas próximas, desde que seja referenciais de comportamento de mundo.

Então os jogos e as brincadeiras não são inatos ao ser humano e sim desenvolvido entre eles:

A criança está inserida, desde o seu nascimento, num contexto social e seus comportamentos estão impregnados por essa imersão inevitável. Não existe na criança uma brincadeira natural. A brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto de cultura. É preciso partir dos elementos que ela vai encontrar em seu ambiente imediato, em parte estruturado por seu meio, para se adaptar às suas capacidades. A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Aprende-se a brincar. A brincadeira não é inata, pelo menos nas formas que ela adquire junto ao homem. A criança pequena é iniciada na brincadeira por pessoas que cuidem dela, particularmente sua mãe. (BROUGÈRE, 2010, p. 104).

Antigamente as crianças brincavam a partir dos saberes que eram passados por avós e pais. Mas com o passar dos anos, houve mudança nas formas de brincadeiras, bem como nos próprios brinquedos. Antes, os brinquedos eram confeccionados pelos pais e avós, agora esses mesmos brinquedos são confeccionados pela indústria, que passou a criar e produzir brinquedos em todo mundo.

De acordo com Kishimoto (2011), o jogo educativo está associado a duas funções: A primeira função lúdica do jogo apresenta a ideia de que sua experiência proporciona a diversão, o prazer quando escolhido espontaneamente pela criança. A segunda função educativa é quando a ação do jogo desenvolve saberes no indivíduo. Portanto, o equilíbrio dessas duas funções é o que determina o objetivo do jogo educativo.

O jogo geralmente apresenta um caráter competitivo, ou seja, possibilita uma competição resultando em ganhadores e perdedores. Está relacionado a forma como alguns adultos entendem esta ferramenta. Para muitos, o jogo é uma ação que diferencia do brincar. É importante que tenhamos claro que não podemos considerar o jogo apenas como uma competição, pois a concepção de jogo está interligada tanto ao brinquedo quanto à brincadeira. O jogo, é uma atividade mais estruturada e constituída por um princípio de regras mais diretas.

O brinquedo possibilita o desenvolvimento total da criança, já que ela se envolve afetivamente no seu convívio social. A brincadeira faz parte do mundo da criança. É nesse momento que ela experimenta, organiza-se, regula-se, constrói normas para si e para o grupo. Desse modo, o brincar é uma das formas de linguagem que a criança usa para entender e interagir consigo mesma e com os outros e o próprio mundo.

Kishimoto, (2011) diz que:

Admite-se que o brinquedo representa certas realidades. Uma representação é algo presente no lugar de algo. Representar é corresponder alguma coisa e permitir sua evocação, mesmo em sua ausência. O brinquedo coloca a criança na presença de reproduções: tudo o que existe no cotidiano, a natureza e as construções humanas. Pode-se dizer que um dos objetivos do brinquedo é dar a criança um substituto dos objetos reais, para que possa manipula-los. Duplicando diversos tipos de realidades presentes, o brinquedo metamorfoseia e fotografa a realidade, não reproduz apenas objetos, mas uma totalidade social. (KISHIMATO, 2011, p.20-21).

Então percebe-se que o brinquedo possui uma ausência de regras, o que o diferencia do jogo, o objetivo do brinquedo está firme a realidade, pois o brinquedo coloca a criança na sua realidade do seu cotidiano.

Para Kishimoto (2011) o brinquedo é diferente do jogo. Brinquedo é uma ligação íntima com a criança, na ausência de um sistema de regras que organizam sua utilização. Ainda segundo o dicionário Ferreira (2003) brinquedo é “objeto destinado a divertir uma criança, suporte da brincadeira”, sendo assim ele estimula a representação e a expressão de imagens que evocam aspectos da realidade.

E por meio da brincadeira tem uma associação mais característica com o universo infantil, significa divertimento, entretenimento, passatempo, mas não necessariamente brincar por brincar, falando sempre é possível tornar o brincar em uma situação de aprendizagem, na qual a criança possa aprender brincando, desenvolvendo o poder da tomada de decisões e a autonomia, tornando-se um indivíduo que reconhece a si mesmo, ao outro e constrói sua identidade por meio de variadas linguagens características da criança.

E ainda Kishimoto,

Os brinquedos propõem um mundo imaginário da criança e do adulto, criador do objeto lúdico. No caso da criança, o imaginário varia conforme a idade: para o pré-escolar de 3 anos, está carregado de animismo, de 5 a 6 anos, integra predominantemente elemento da realidade. (KISHIMOTO, 2011, p.21).

Portanto os jogos, os brinquedos e as brincadeiras fazem parte do cotidiano das crianças como fontes de lazer e de entretenimento e em várias escolas são utilizados como ferramentas de estimulação de aprendizagem.

Por isso que, o brincar é uma atividade fundamental para crianças pequenas e, segundo Piaget (1967, p. 49), “ [...]brincando, a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e confere habilidades”, é brincando que as crianças desvendam o mundo, se comunicam e se inserem em um contexto social. Brincar é um direito da criança, além de ser de suma importância para seu desenvolvimento, e, por isso, as escolas de Educação Infantil devem dar a devida atenção a tal atividade, não restringindo o brincar apenas o momento do intervalo. Assim, de acordo com Piaget (1967), “o jogo não pode ser visto apenas como divertimento ou brincadeira para

desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e moral". (PIAGET, 1967, p. 22).

No entanto as brincadeiras se constituem como lazer e ensinamento para a própria criança, porque é justamente por meio delas que as crianças podem resolver situações e aprender ao mesmo tempo. Portanto, a brincadeira sempre aparece de forma educativa e organizada, pois existe para a criança que brinca certas decisões a tomar e, com o companheirismo, ela aprende a conviver em grupo, compreende o mundo que vive, construindo e compartilhando significados, assim como motivação atitudes para sua sociabilidade e autonomia.

Segundo Kishimoto (2011), as brincadeiras tradicionais têm a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolvendo formas de convivência social, e garantindo o prazer do brincar.

A brincadeira de faz-de-conta é também conhecida como simbólica, por isso que Kishimoto diz:

A importância dessa modalidade de brincadeira justifica-se pela aquisição de símbolo. É alterando o significado de objetos, de situações, é criando novos significados que se desenvolve a função simbólica, o elemento que garante a racionalidade ao ser humano. Ao brincar de faz de conta a criança está aprendendo a criar símbolos. (KISHIMOTO, 2011, p.44).

Segundo Kishimoto (2011), as brincadeiras e/ou jogos de construção, são considerados de grande importância para enriquecer a experiência sensorial, além de estimular a criatividade da criança, bem como desenvolver habilidades.

Então a brincadeira pode ser vista como um importante conteúdo no processo de ensino-aprendizagem principalmente na educação infantil. Deve ser uma atividade bem planejada para proporcionar o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, envolvente, lúdica e prazerosa. Para isso, o professor deve buscar metodologias fundamentadas em concepções que contribuam para o desenvolvimento integral da criança na educação infantil.

Para Sarmento (2004) a ludicidade é um vestígio essencial da cultura infantil. O ato de brincar não é exclusivo das crianças, mas do próprio ser humano e é uma das atividades mais significativas. Para os adultos existe uma distinção entre o brincar e fazer coisas sérias. Já para as crianças isso não tem diferença. O brincar é a atividade mais séria que as crianças fazem.

Por fim, entende-se que o lúdico permite a construção do conhecimento de uma forma prazerosa para a criança, garantido uma motivação essencial para aprendizagem de novos conhecimentos. E as atividades lúdicas preparam as crianças para conhecer o mundo.

2.2. Formação docente e prática pedagógica na Educação Infantil

A formação docente é bastante complexa e não se limita somente aos muros da escola e à formação inicial. A nossa sociedade está no momento de constante mudança e o profissional da educação precisa se preparar para atuar nesse contexto.

Por isso que o professor é o profissional que está presente em toda formação independente de qual seja e, em razão desse papel, nota-se que ocupa uma posição estratégica como formador de opinião e participante das relações entre os saberes produzidos na sociedade. E para isso o professor deve ter uma formação continuada, que é algo necessário em sua vida profissional, já que, quando falamos em educação, não é possível pensarmos em propostas fixas e em um círculo fechado, sem espaço para a mudança. É esta formação que valoriza o professor como sujeito de transformações que precisam se processar continuamente na escola e na sociedade.

De acordo com os Referenciais para a Formação de Professores (1999), o processo de formação docente não surge a partir dos cursos de formação inicial, mas o acompanha desde a infância, ou seja, ainda na educação básica.

O professor, enquanto sujeito da produção do saber, tenha consciência de que ensinar não é transferir conhecimentos, e sim criar possibilidades para a construção dos mesmos. Então, a formação e o exercício da profissão-professor, deve ser uma relação de troca, aceitando os valores de cada sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem e utilizando esse conhecimento a seu favor, aprimorando a sua prática.

Freire (1996) destaca que:

O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica [...] O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor (FREIRE, 1996, p. 92).

Para Freire (1996), o professor deve ter a liberdade e a coragem para estudar, pois é a partir desta construção que ele se torna um pensador e criador de novas práticas educativas. E por isso se faz necessário uma formação inicial que realmente atenda às necessidades das crianças da Educação Infantil, que ainda é tratada como complemento no corpo da educação básica.

Por isso que entendemos, que o professor deve ser um profissional crítico e investigador, ou seja, sempre um pesquisador, que levante hipóteses sobre as teorias e práticas construídas, que busque tirar dúvidas, que com coisas novas e que não se limite às práticas repetitivas.

A formação do professor deve acontecer de maneira cautelosa, valorizando os mínimos detalhes, pois é nesse momento em que é previamente definida a postura que ele, enquanto profissional, irá adotar no encaminhamento de suas ações.

E esse processo de formação docente, o futuro professor ao adquirir conhecimentos e unir as experiências cotidianas, com o tempo, traça o seu perfil profissional, a sua identidade, que não é estática e, portanto, muda constantemente.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

[...] o professor deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. Nessa perspectiva, o professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento [...]. Na instituição de educação infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas. (BRASIL, 1998 a, p.30).

Portanto, o professor tem que ter o desejo da mudança, da transformação, do diálogo, sendo que ele só terá uma nova prática se estiver aberto a essas questões. E deve estar preparado não só teoricamente para compreender essas interfaces do processo, mas que proporcionem e despertem na criança o interesse para se manter naquele local, que nem sempre é atrativo. Segundo Kramer (1989), “Não são apenas as crianças que crescem e aprendem. Todos constroem conhecimentos e nesse processo têm dúvidas e dificuldades, fazem progressos e reestruturam suas formas de ação buscando alcançar os objetivos traçados.” (KRAMER, 1989, p. 95).

E de acordo com Kishimoto (2003), a formação do professor depende da concepção que cada profissional possui sobre a criança, o adulto, a sociedade, a educação, a escola, o conteúdo e o currículo. E a prática de uma educação permanente e continuada é peça fundamental de qualquer sistema educativo. Se desejarmos formar seres criativos, críticos e aptos para tomar decisões, um dos requisitos é o enriquecimento do cotidiano infantil com a inserção de contos, lendas, brinquedos e brincadeiras.

E a formação continuada do professor, para educação infantil deve está organizado em uma concepção mais crítica. Atualmente, os professores enfrentam muitas dificuldades para exercer suas atividades devido aos desafios que existem entre a teoria e pratica pedagógica.

A prática do professor exige que ele tenha uma formação ampla e que torne-se também, nesse processo, um aprendiz que reflete constantemente sobre sua prática, buscando informações dentro da comunidade escolar e familiar como auxilio necessário para o desenvolvimento de seu trabalho de construtor do conhecimento.

De acordo com Tardif (2002), tudo leva a crer que os saberes adquiridos durante a trajetória profissional, isto é, quando da socialização primária e, sobretudo quando da socialização escolar, tem um peso importante na compreensão da natureza dos saberes, do saber fazer e do saber ser, que serão mobilizados e utilizados na socialização profissional e no próprio exercício do magistério.

Por isso que compreendemos, que as competências da atuação do professores tem muito a ver com o processo de sua formação profissional e com os saberes adquiridos e também de suas experiências vivenciadas na prática de sua docência, desse modo o trabalho voltado para a Educação Infantil precisa incluir uma pedagogia que respeita a criança e a sua diversidade, considerando ainda que a criança é um ser pensante reflexivo, capaz de construir seus próprios conhecimento e por meio de uma pratica que possibilite uma educação adequada com suas necessidades de desenvolvimento e crescimento pessoal e social.

Portanto, a prática pedagógica torna-se uma ação processual, coletiva, individual e interdisciplinar que exige dos serviços princípios, organização, conteúdos e diferentes abordagem no fenômeno educativo. Ainda com esta concepção, Souza sugere que:

Uma análise, organização e realização das práxis pedagógica escolar exige examinar: o polo da complexidade professor, da complexidade criança, da complexidade gestor, da complexidade conhecimento, em suas interações no interior de uma instituição, que se organiza a partir de um contexto econômico, social, político, institucional e interpessoal, numa palavra cultural. (SOUZA, 2007, p.201).

Para Paulo Freire (2003), uma prática pedagógica humanizadora, que visa o sujeito histórico e social contribuirá para uma atuação mais adequada, mais amorosa e respeitosa, ou seja, a prática docente como uma intervenção necessária cria situações para que as crianças possam interagir ampliando suas capacidades ou apropriação de conceitos e de aprendizagem por meio da comunicação, da experimentação, da reflexão e da construção de objetos e brinquedos. Neste sentido o professor tem um papel fundamental que é de conhecer e valorizar diferenças e singularidades da educação infantil, suas concepções e práticas.

Assim a prática pedagógica na Educação Infantil está voltada para estratégias dinâmicas, humanizada com um currículo que contemple a criança em desenvolvimento, usadas ainda como ação mediadora nas inter-relações entre a criança e o professor e seus familiares.

Os PCNs (1997) afirmam que o docente deve trabalhar de forma que as crianças dominem os conhecimentos, que os façam se reconhecer como sujeitos sociais, sendo participativos, reflexivos, autônomos e conhecedores de seus direitos e deveres. O professor deve garantir condições de aprendizagem a todos as crianças, utilizando medidas que atendam às necessidades individuais.

3. OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA –AL

Esta sessão apresenta uma pesquisa de campo de tipo qualitativa que buscou-se compreender a percepção docente com relação a ludicidade na Educação Infantil, com aplicação de questionário para os sujeitos pesquisados. Concordando com Lakatos e Marconi (2003), ao dizer pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Assim, o presente trabalho iniciou-se com um levantamento bibliográfico com vistas à construção de um referencial teórico apto a contribuir para o trabalho de Campo. A escolha da abordagem qualitativa, justifica-se por entender que existe alguns fatores que estão definidos e outros que precisam de aprofundamentos.

Para alcance dos objetivos pretendidos na pesquisa entendeu-se necessário utilizar o questionário como instrumento principal. No questionário tinham apenas perguntas abertas, as mesmas foram organizadas levando em consideração o grupo pesquisado, com o intuito de não ocasionar insegurança, ou indução de respostas. Foram seis dias de observação, três dias em cada sala, as professoras trabalhavam a ludicidade no seu cotidiano.

Os sujeitos da pesquisa foram duas professoras da Educação Infantil Municipal da Delmiro Gouveia /AL.

3.1. Perfil dos docentes

Participaram da pesquisa duas educadoras da Educação Infantil, de uma Escola Municipal da cidade de Delmiro Gouveia. Para a realização na escola campo, os procedimentos que anteciparam à pesquisa foram através dos termos de consentimento. Sendo realizada a visita a instituição para autorização do estudo pelo gestor, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas educadoras que serviu de base para o desenvolvimento.

Após a autorização para realizar a pesquisa na escola, antes de iniciar a aconteceu uma conversa informal com a diretora, informando qual era o objetivo, logo

após aconteceu uma visita ao ambiente acompanhada da diretora, em seguida ela me apresentou as duas professoras que estavam disponíveis tanto para responder o questionário quanto para aceitar a fazer a observação.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação participante que iniciou-se no dia 08 até 15 de Julho de 2019, aplicação de questionários com duas professoras, com sete perguntas. As observações ocorreram em seis dias, sendo que foram três dias em cada sala, por um período de quatro horas cada, como fonte de informações do cotidiano necessária à pesquisa. Os questionários foram entregues as professoras e foram recolhidos para que pudesse realizar as análises.

O intuito maior das observações era tentar perceber os indicativos que ocorrem diariamente, as relações estabelecidas entre a educadora e as crianças nos momentos de brincadeiras livres e direcionadas, de alimentação, de higiene e das demais rotinas da instituição. Este instrumento foi de grande importância para o estudo, uma vez que a criança pequena não se comunica apenas pela linguagem falada, mas também por gestos, sorrisos, ações e demais formas de comunicação que possibilitavam a realização do estudo neste contexto.

A professora A, tem 37 anos, possui quatro anos de regência, atualmente trabalha no maternal e jardim II, com crianças de 3 e 5 anos. E, a professora B tem 33 anos, possui quatro anos de regência, atualmente trabalha no jardim I e no 2º ano do Ensino Fundamental. A formação das duas são no magistério e licenciada em letras.

De acordo com Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a formação docente deve considerar como meta como está estabelecido no Art. 22: “a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”; esse fim está voltado para todo e qualquer estudante, para evitar discriminação ou para atender o próprio Art. 61 da mesma LDB, que é claro que, consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e

orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas (BRASIL,1996).

Observa-se que a LDB adotou os termos formação de profissionais da educação e formação de docentes, ressaltando também que cabe aos sistemas de ensino promover aperfeiçoamento profissional continuado. Ao mesmo tempo em que estabeleceu a associação entre teorias e práticas, mediante a formação contínua, e o aproveitamento anterior como fundamentos da formação dos profissionais da educação.

Segundo a Resolução CNE/CP nº 01/99 versa sobre os institutos superiores de educação, o que inclui os cursos normais de educação, os quais poderão formar docentes tanto para a Educação Infantil como para o Ensino Fundamental, aí compreendida também a preparação específica para a Educação de Jovens e Adultos equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental (Art. 6º, § 1º, V). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, em seu Art. 3º, estabelecem que

formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na Educação Básica em suas etapas – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio – e modalidades – Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e a difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os quatro direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

§ 1º Por educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura (Brasil, 2017, p. 3).

De acordo com Art. 2º do CNE (Conselho Nacional De Educação) da formação de pedagogia,

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006, p.1).

Entretanto, as professoras que possuem magistério de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB (1996), o artigo 62 da LDB: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”. (BRASIL, 1996).

Para realização desta pesquisa, buscou-se a investigação da prática pedagógica das professoras ao trabalharem suas ações lúdicas no processo de aprendizagem no cotidiano. Os procedimentos que anteciparam à pesquisa foram por meio do termo de consentimento livre e esclarecido, sendo realizada uma visita a escola para autorização da pesquisa pela diretora.

Em seguida, procedeu-se a observação das aulas, foram agendadas com as professoras das turmas. O período de observação foi de seis dias no turno vespertino, sendo três em cada sala. Nas observações realizadas, pode-se verificar que as professoras possuem o conceito de ludicidade de acordo com os teóricos e buscando novos instrumentos para proporcionar a ludicidade no seu cotidiano, porém em outros momentos percebe-se a dificuldade de preparar uma atividade que englobe o lúdico visando o aprendizado de maneira prazerosa. As crianças de modo geral, possuem um tempo de concentração curto, por isso se faz necessário pensar em atividades dinâmicas e ativas que busquem e estimulem a concentração das mesmas. E pode-se perceber que o brincar sempre está presente, porém em algumas das vezes sem a intencionalidade necessária, sem um objetivo proposto.

Depois dessa etapa, foram entregues os questionários as professoras, esclarecendo-se como seriam os procedimentos para responderem as questões individualmente, dando-lhes um prazo de oito dias para a entrega dos mesmos.

Após os questionários respondidos pelas professoras e as observações feitas em sala de aula, realizou-se a análise dos resultados, relacionando as questões mencionadas aos objetivos deste estudo.

3.2. Ludicidade e Educação Infantil: percepções docentes

O ambiente escolar de Educação Infantil deve apresentar-se como um espaço favorável ao desenvolvimento integral da criança, contemplando a ação da família e da comunidade. Neste contexto, o lúdico visa contribuir com o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, o que nos leva a investigar, como ele está sendo concebido e trabalhado pelas professoras de Educação Infantil.

A criança está cada vez mais cedo inserida no ambiente escolar, isto tem sido garantido através da legislação LDB em vigor. E de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 (LDB), em seu artigo 4º, inciso IV, confirmou, mais uma vez, o atendimento gratuito em creche e pré-escola como dever do Estado. Também estabeleceu que o atendimento a essa faixa etária está sob a incumbência dos municípios (artigo 11, inciso V), determinando que todas as instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, estejam inseridas no sistema de ensino.

Isso faz-se necessário que se reveja as práticas educativas, no ambiente escolar, que na maioria das vezes, não contempla a criatividade, autonomia e participação infantil, fundamentais para o desenvolvimento da mesma.

E de acordo com a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) 9.394/96, a ludicidade pode ser utilizada como forma de sondar, introduzir ou reforçar os conteúdos, fundamentados nos interesses que podem levar a criança a sentir satisfação em descobrir um caminho interessante no aprendizado. Assim, o lúdico é uma ponte para auxiliar na melhoria dos resultados que os professores querem alcançar.

Foi direcionado as professoras a seguinte questão: Qual é o seu entendimento a respeito da ludicidade na Educação Infantil? A professora A respondeu que:

Penso que o lúdico é uma das formas mais eficaz nas atividades da Educação Infantil. O brincar desenvolve na criança coordenação motora, percepção visual, física, intelectual, etc. O aprender/ensinar torna-se prazer e a aprendizagem se caracteriza. Os jogos e brincadeiras ajudam as crianças a se perceberem no mundo. (PROFESSORA A, 2019).

Dessa forma percebe-se que o lúdico para a professora A é uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento da criança e quando utilizar essa mesma em sala de aula, tudo se transforma mais atrativa e chama mais atenção da criança.

E corroborando Piers e Landau (1990) quando ratifica que a ludicidade como forma de aprendizagem é um estímulo para o educando, pois sabe-se que por meio da mesma consegue-se estimular várias áreas do desenvolvimento infantil como: cognitivo, motora e afetivo, desperta também as potencialidades através do meio a criança se encontra e de formas eficientes que causam estímulos para o aprendizado.

Sobre a mesma a professora B respondeu que:

“Nessa perspectiva é notório que o lúdico pra Educação Infantil se faz necessário para uma melhor aprendizagem da criança, pois através deste as crianças conseguem criar e recriar as atividades de modo prazeroso”.
(PROFESSORA B, 2019).

Ressaltando Oliveira (2011) diz que o lúdico manifesta a forma como a criança está organizando sua realidade e lidando com suas possibilidades, limitações e conflitos, já que, muitas vezes, ela não sabe, ou não pode, falar a respeito. Então pode-se dizer que a criança quando brinca ela expressar seus sentimentos e seus conflitos em relação ao mundo onde está inserida.

Dessa forma percebe-se que a ludicidade, na vida da criança, vem sendo entendida quando passamos a compreender que os jogos, os brinquedos e as brincadeiras são integrantes do universo infantil e que a forma ou sentido destes são adquiridos quando ela brinca. E é interessante que o professor poderia considerar as necessidades da criança, o conhecimento, as vivências no ambiente escolar, utilizando o lúdico como uma atividade complementar a atividade pedagógica.

Em seguida foi questionado: Você utiliza atividade lúdica no seu cotidiano com as crianças? A professora A, respondeu que sim e as citou, sol e lua, varinha mágica, caixa surpresa, coelhinho sai da toca, caixas malucas, arranca rabo, amarelinha, etc. E a professora B também respondeu que sim, sempre procuro planejar de acordo com as necessidades da criança. Desse modo é imprescindível o lúdico nas atividades desenvolvidas, tanto no brincar que abrange assimilação de conteúdo, atenção, coordenação motora, quanto por meio de jogos. Ressaltando que estas formas de ludicidade sempre ouvem esta correlacionados aos conteúdo.

Ao observar a sala de aula o momento de lúdico ocorre no acolhimento e na hora da leitura, pois é nesse momento em que as crianças brincam e interagem, pois não tem muito tempo para fazer brincadeiras no pátio, pois cada sala de Educação Infantil tem dez minutos para o recreio.

Kishimoto (1994, p.49) nos orienta:

Por meio de uma aula lúdica, a criança é estimulada a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, sendo sujeito do processo pedagógico. Por meio da brincadeira a criança desperta o desejo do saber, a vontade de participar e a alegria da conquista. Quando a criança percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração da criança fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidades e naturalidade.

O lúdico tem um papel de grande importância no desenvolvimento das ações do processo de ensino e aprendizagem. Os professores que priorizam o brincar em seus planejamentos, favorecem as crianças momentos de criatividade, autonomia, experimentação e aprendizagem significativa. Segundo Friedmann (2012), ao observar as crianças brincando e registrar as características das brincadeiras permitem fazer uma observação das mesmas.

Corroborando com Santos (2002), o lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita para o processo de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento. E para Luckesi (2000), uma atividade lúdica propicia uma experiência de correção profunda consigo mesmo, de envolvimento completo. “(...) Brincar, jogar, agir ludicamente exigem uma entrega total do ser humano, corpo e mente ao mesmo tempo”. Nesse sentido a ludicidade pode ser vivenciada a partir de atividades em que as crianças se encontrem livres para se expressarem com corpo.

Portanto, a ludicidade contribui na aprendizagem e conhecimento da criança, pois possibilita na criança a criatividade, a interação social e crescimento saudável por meio do relacionamento entre o grupo desenvolvendo seu potencial cognitivo, motor e social.

3.3. Interações e brincadeiras na Educação Infantil como eixos estruturantes: *práxis docentes*

Na Educação Infantil ocorre a formação inicial da aprendizagem das crianças pequenas, tão importante também são as práticas pedagógicas realizadas nesta fase. Segundo Freire (2003) [...] “Para mim é impossível compreender o ensino sem o aprendizado e ambos sem o conhecimento”. Podemos considerar que no processo de aprendizagem há o ato de saber por parte do educador.

É por isso que a formação do educador deve ocorrer desde o nível básico ao superior, priorizando a democratização do ensino e do acesso a uma educação de qualidade. A avaliação do processo ensino-aprendizagem deve ser constante.

Portanto é por meio do processo de reflexão-ação-reflexão do educador que surge a práxis docente, pois o professor deixa de ser um mero objeto de investigação e se torna o próprio sujeito da investigação, não se limitando apenas a generalizações dos conteúdos abordados para as crianças, mas tornando-se o agente de mudanças, capaz de com seu senso crítico adaptar o método conforme a situação da comunidade escolar. E são eles, os educadores, os sujeitos principais dessa mudança, já que ao desenvolverem uma atividade reflexiva sobre a própria prática, estará pesquisando o próprio trabalho a fim de torná-lo de melhor qualidade.

Desta maneira, é necessário um olhar diferenciado para a prática pedagógica, pois muitas vezes estas informações advindas do contexto social chegam para o professor de forma fragmentada, isso faz com que olhe o mundo de forma reta, e não de maneira ampla, que possibilita várias visões de mundo; assim, “faz-se necessário uma reavaliação das relações entre escola e sociedade, entre informação e conhecimento, entre fontes de informação provida pelos meios de comunicação e o trabalho escolar realizado pelo professor” (LIBÂNEO, 1998, p. 76).

Conforme os RCNEI, cabe ao professor reorganizar sua prática pedagógica e destacar situações que necessitam ser individualizadas. Todas as situações de aprendizagem oferecidas às crianças, precisam ser consideradas em suas capacidades afetivas, emocionais, sociais, cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o educador deve planejar e oferecer uma variedade expressa de atividades, com objetivos claros, simultaneamente, às demandas do grupo e as individualidades de cada criança.

Diante disso, compreende-se que o educador, necessita trabalhar com a reflexão de expectativas e perspectivas, as quais lhe exigem uma nova forma de pensar sua prática no seu cotidiano.

O próprio Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil RCNEI (1998), destaca que educar significa “[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada”. (BRASIL, 1998, p. 22).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular BNCC (2017), na Educação Infantil, as interações e as brincadeiras são eixos estruturantes das práticas pedagógicas. E eles devem-se assegurar seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, visando às condições para que as crianças aprendam a desempenhar um papel ativo para resolver problemas, além de construir significados consigo e com os outros. São eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Ou seja, tanto as interações quanto as brincadeiras estão presentes no cotidiano da criança, proporcionando muitas aprendizagens e potenciais de desenvolvimento integral.

Foram questionadas as professoras sobre como você vê sua prática pedagógica diante do brincar? A professora A respondeu que, enquanto educadora acredito que tenho e exerço um papel de fundamental importância na vida dos pequenos, visto que sempre procuro fazer-los vivenciar nas brincadeiras experiências que os ajudaram a se desenvolverem em diversos aspectos sociais. Já a professora B, uma forma de mera importância para o desenvolvimento cognitivo e educativo da criança.

Portanto o professor de Educação infantil deve reconhecer o ato de brincar como um recurso pedagógico no seu cotidiano. Quanto mais significativas são as atividades oferecidas pela professora, mais a criança demonstra interesse em participar e se inserir no ambiente escolar. E verificou-se que ao brincar, a criança exerce um papel ativo na sala de experiência, demonstrando que a ação pedagógica está fundamentada na ideia de “aprender fazendo”, “aprender brincando” e que esse aprender é uma atividade de descoberta.

Então ao brincar, a criança constrói valores e atitudes em relação a si mesma e ao próximo, vivenciando concretamente a elaboração e negociação de regras de convivência. Portanto, cabe ao professor respeitar este seu direito fundamental para

que ela se transforme em um indivíduo criativo, livre e consciente da necessidade de valorizar o ambiente que a rodeia.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil. (BRASIL,1998, p.27).

E a brincadeira é um divertimento exclusivo da infância, uma atividade natural da criança, que não necessita de compromissos e envolve comportamentos espontâneos e prazerosos. Ao brincar a criança se diverte, constrói seu conhecimento e aprende a relacionar-se com as outras pessoas.

E ao perguntar sobre qual a importância que você dá as brincadeiras para o desenvolvimento da criança?

As professoras responderam que:

Imensa. O brincar permite que a criança se comunique consigo mesma, com o outro, com o mundo. Ela consegue estabelecer relações sociais, constrói conhecimento, enfim, se desenvolve. (PROFESSORA A, 2019).

E a professora B: toda essa prática lúdica é proveitosa, pois é por meio desta, que as crianças conseguem uma boa interação e mostra suas habilidades e dificuldades, através das descobertas. (PROFESSORA B, 2019).

Segundo a BNCC, “brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais” (BRASIL,2017, p. 36).

E é brincando, que a criança pode se expressar, conhecer a si e ao outro, resolver conflitos e explorar o ambiente no qual está inserida.

Corroborando com Vygotsky (2010) o brincar é definido como uma situação imaginária criada pela criança. Além de preencher as necessidades que mudam de acordo com a idade. De acordo com o desenvolvimento da criança, o brinquedo que oferece uma situação imaginária também apresenta regras, criadas pela própria criança, à medida que cresce.

E percebe-se que a brincadeira não deve ser considerada apenas uma atividade de complemento, no entanto, deve-se instituí-la como uma atividade que abranja a questão pedagógica, desenvolvendo assim, várias potencialidades do desenvolvimento da criança. E é no brincar que a criança modifica, cria e recria suas ações dentro do contexto sociocultural, por meio dos papéis que representam. A brincadeira é algo que acontece mesmo sem um brinquedo; o brinquedo e a brincadeira são definidos, muitas vezes, com regras que exigem da criança certas habilidades, é jogando que ela ganha conhecimentos que favorece o seu desempenho escolar.

De acordo com a BNCC, [...] “brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais” (BRASIL, 2017 p. 38). E segundo Friedmann (2006, p. 22): “Na escola, é possível planejar os espaços de brincar”. Os espaços escolares podem ser transformados em espaços de atividades lúdicas desenvolvidas a partir de mesas, cadeiras, armários, enfim, mobiliários. E para que isso ocorra é muito importante à ação do educador.

3.4. Planejamento, currículo, didática e avaliação na Educação Infantil: promovendo o desenvolvimento integral

Conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação- 9394/96 LDB para a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos e 11 meses nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Um dos eixos do currículo, nas Diretrizes, trata das práticas pedagógicas da Educação Infantil, dando ênfase a ludicidade nas ações pedagógicas do professor. O referido documento enfatiza que: “As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras” (DCNEI, 2010, p.25).

A Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), define currículo como [...] “um conjunto de práticas que buscam articular os saberes e

experiências das crianças com o patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo promover o desenvolvimento integral da criança”. (BRASIL, 2010, p.12). Ou seja, currículo não é aquele que se define a priori, mas aquele que é vivenciado com as crianças a partir de seus saberes, manifestações, articulado com aquilo que consideramos importante que elas conhecem do patrimônio da humanidade.

E as normas estabelecidas para a Educação Infantil buscam um referencial muito importante voltado para a ludicidade no processo educativo, uma vez que, estas ações deverão está incluída no currículo das instituições, no momento em que serão feitas as adequações de acordo com a realidade das escolas; a atenção a Educação Infantil, brinquedos e brincadeiras como algo indispensável nas ações educativas do currículo,

Foram questionadas as professoras sobre: Você planeja seu trabalho pedagógico com as crianças?

As professoras responderam que:

“Sim, o planejamento faz a parte da pratica pedagógica, sem ele é bem difícil alcançar os objetivos traçados para determinados conteúdos programático”. (PROFESSORA A, 2019).

“Sim, desde o momento que a professora atua na sala de aula e observa os discentes, automaticamente ocorre uma interação entre ambos de acordo as especificidades de cada um. Fazendo assim uma relação para desenvolvê-lo o planejamento”. (PROFESSORA B, 2019).

A criança possui seu ritmo e seu desenvolvimento, no processo de ensino e aprendizagem seja ele, cognitivo, social, cultural, físico ou emocional. Por isso, é possível compreender por que uma criança aprende com mais facilidade e outra apresenta dificuldades; Por isso que, uma precisa de uma maior intervenção do professor, do que a outra. E a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, apresentada na atual legislação brasileira LDB, onde requer a prática pedagógica que se volta para a construção do conhecimento da criança de zero a seis anos de idade. No planejamento escolar, não basta ter apenas competência acadêmica é preciso que estes profissionais de educação tornem-se aprendizes do saber. É necessária uma reflexão diária sobre as suas práticas, utilizando-se da observação, do registro e da avaliação.

Correlacionando com Bezerra e Oliveira (2012) o planejamento das ações pedagógicas na Educação Infantil precisa incluir momentos em que haja articulação entre a cultura infantil e a cultura do adulto. Trazer a criança para o trabalho de construção de projetos é de grande importância, pois é possível que por meio das brincadeiras possam motivá-la para novas atividades com os diversos conteúdos a serem trabalhados. Os conteúdos necessitam de organização e planejamento, voltados para projetos que envolvam as brincadeiras que trabalhem a motivação da criança.

Ao falarmos em Educação Infantil, pode-se perceber a importância de fazer com que a criança possa ser tratada como um ser em desenvolvimento pessoal e social, e que precisa ser respeitada em cada fase de sua vida. Para o professor nesta fase tão importante, se faz necessário, atenção especial neste processo educativo, onde a escola deve implantar propostas inovadoras para uma escolarização totalmente oposta da visão tradicional. Ao sentir a necessidade de mudança do planejar escolar, percebe-se a verdadeira dimensão desta transformação, bem como, a importância desta conscientização. Enfim, repensar o planejamento na Educação Infantil significa resolver os problemas existentes entre o planejamento e a ação efetiva do professor.

E podemos entender que de acordo com a LDB 9.394/96 estabelece que “na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”. (HOFFMANN, 2012, p.23)

Observa-se que em muitas escolas de Educação Infantil, o processo de avaliação permanece de forma classificatória, com intuito de controlar a ação do professor e julgar o desempenho das crianças por meio das chamadas provas tradicionais. Faz-se necessário repensar a avaliação na Educação Infantil, nos modelos classificatórios ainda presentes em instituições, uma vez que, a avaliação classificatória não tem beneficiado as crianças, se tratando de uma melhor forma de aprendizagem. E assim, a avaliação classificatória é tida através de registros e fichas de comportamento do educando, em que no final do ano letivo são comparados aos comportamentos apresentados pelo mesmo e comparados com os comportamentos esperados pela escola.

Conforme Godói (2010),

A avaliação, da maneira como aparece, acaba se tornando um instrumento forte e presente nesse momento da educação, podendo trazer consequências negativas às crianças. Não querendo uma avaliação classificatória e seletiva na educação, pelo contrário, almejamos uma avaliação que auxilie o trabalho do professor e que favoreça o crescimento da criança, e não a sua exclusão, e isso não deve se restringir à educação das crianças pequenas, mas deve ser válida para todos os níveis escolares. (GODÓI, 2010, p.41).

Então na Educação Infantil, as práticas de avaliação de forma equivocada podem gerar sérios problemas, sobretudo, para as crianças de determinadas camadas sociais.

E também a avaliação deve ser vista, pelo professor, como um conjunto de ações que o auxilie a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e adequar a sua prática às necessidades apresentadas pela criança, permitindo que ela acompanhe suas conquistas, suas dificuldades, no decorrer do processo de aprendizagem. Ainda de acordo com Hoffmann (2012):

Pode-se tomar como ponto de partida, para iniciar atividades ou projetos pedagógicos, temas que sejam significativo às crianças, em um dado momento, noções referentes à área de conhecimento, brincadeiras diversas, a exploração de materiais, visitas, etc. (HOFFMANN 2012, p. 76).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) determinam, que as instituições que atuam nessa etapa de ensino criem procedimentos para a avaliação do desenvolvimento das crianças.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, referente à Educação Infantil (LDB), artigo 31, seção II, indica-se que: "(...) a avaliação mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental". (BRASIL, 1996). Portanto, a avaliação na educação infantil tem a função de conhecer a criança e não de promovê-lo. De acordo com Hoffmann (2005), os melhores instrumentos de avaliação "[...] são todas as tarefas e registros feitos pelo professor que o auxiliam a resgatar uma memória significativa do processo, permitindo uma análise abrangente do desenvolvimento da criança". (HOFFMANN, 2005, p. 121).

E o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998), afirma que:

[...] a avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (BRASIL, 1998, p.59).

De acordo com Oliveira (2012) a observação possibilita ao professor compreender a forma como as crianças se expressam e comunicam suas ações e reações frente as mais diferentes situações, como irritação ou satisfação, mesmo antes de começarem a falar, e esse conhecimento o auxilia a tomar decisões sobre como agir de forma adequada.

Portanto a observação é um instrumento imprescindível para o acompanhamento e a avaliação na Educação Infantil. Segundo Oliveira (2012), ao professor, a observação “exige colocar em ação um processo investigativo, pois se trata de um instrumento de pesquisa, não de confirmação de ideias pré-concebidas que serviriam apenas para trazer exemplos do que ele já sabe”. (OLIVEIRA, 2012, p. 365).

O registro segundo Mendonça (2009), é um recurso que auxilia a memória, possibilita retomar e rever os fatos ocorridos, além de “no contexto da Documentação Pedagógica, propiciar elementos para o professor repensar suas realizações junto as crianças” (MENDONÇA, 2009, p. 67).

E para o RCNEI (1998), o registro é base de informação sobre as crianças, que serve para o professor como processo de aprendizagem e para a criança como processo de aprendizado, possibilitando retomar o que já aconteceu e avaliar novos apontamentos.

Conforme as mudanças que a Educação Infantil vai ocorrendo vai surgindo outros recursos para avaliar as crianças e um deles é são os novos métodos de avaliação na Educação Infantil é a mini história⁴, que segundo Fochi (2015), [...] “mini histórias são breves relatos acompanhados de sequência de imagens que abordam questões extremamente necessárias como autonomia, comunicação e o saber-fazer

⁴ As mini histórias surgem recentemente de pesquisas realizadas por David Altimir (2010) e Paulo Fochi, em seu livro, *Afinal, o que fazem os bebês no berçário*, publicado em 2015.

dos bebês e crianças pequenas. O compartilhamento dessas mini histórias é um poderoso meio para (inter)comunicar experiências, a fim de narrar uma criança que atua, aprende através da curiosidade e da relação com o mundo”.

E para que isso aconteça, faz-se necessário que o professor compartilhe suas conquistas e suas possibilidades de superação das dificuldades encontradas.

Indagado as professoras: como você definiria a Educação Infantil?

“Como primeira fase da educação básica, cuja finalidade é a socialização das crianças no espaço”. (PROFESSORA A, 2019).

“A Educação Infantil é o primeiro contato que a criança tem com escola, pois é nessa fase que a mesma interage, socializa e progride como sujeito (discente). No entanto a Educação Infantil é primordial para o ensino aprendizagem. (PROFESSORA B, 2019).

Percebe-se que a escola de Educação Infantil não deve ser compreendida como um ambiente em que os pais deixam seus filhos para serem cuidados enquanto vão trabalhar. Esse espaço deve ser entendido como um ambiente de brincadeira, de desenvolvimento e de aprendizado. Pois a escola de Educação Infantil deve ser um lugar onde seus métodos sejam de forma dinâmica, que pratique a troca de sentimento, experiências e conhecimento.

A criança tem um jeito muito particular e especial de mostrar como pensa e sente do mundo em sua volta, e é por meio das brincadeiras que revelam suas condições de vida, anseios e desejos.

[...] No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre a quilo que querem desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em uma cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. (RCNEI VOL I, 1998, p. 21 e 22).

Então a escola de Educação Infantil deve assegurar a todas as crianças, elementos culturais, enriquecendo seu desenvolvimento e inserção social. Oferecendo a elas condições para aprendizagens por meio de brincadeiras, situações

pedagógicas intencionais e aprendizagens ocorridas por meio de supervisão de um adulto, sempre integrado no processo de desenvolvimento infantil.

Portanto, educar na educação infantil significa proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens conduzidas de maneira completa e que auxiliem no desenvolvimento das capacidades infantis. Nesse procedimento, a educação facilita o desenvolvimento das capacidades de adaptação e de conhecimento das competências corporais, afetivas, emocionais, contribuindo para a formação de crianças alegres e saudáveis (BRASIL, 2001).

E por fim, foi questionado as professoras sobre como é a organização do cotidiano das crianças diante das atividades lúdicas?

“Atividades permanentes: chamadas, quantos somos, como está o tempo? Brincadeira: sempre voltada ao conteúdo que será abordado. Leitura: roda de conversa. Atividade sempre realizada de forma prática e feita a partir da leitura e roda de conversa. (PROFESSORA A, 2019).

“Através de atividades permanentes tais, como: roda de leitura, quantos somos chamadinha, previsão do tempo, entre outras”. (PROFESSORA B, 2019).

Dessa forma percebe-se que a rotina do cotidiano deve ser dinâmica, com atividades contextualizadas onde os jogos, os brinquedos, brincadeiras e atividades lúdicas possam fazer parte dessa rotina. E ela deve ser planejada, porém flexível, devendo envolver o cuidado, o ensino e as especificidades imaginativas da criança, segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI):

[...] a rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas (BRASIL, 1998, p. 54).

Sendo assim, a organização do tempo no espaço educacional está ligada às atividades que são propostas para o seu desenvolvimento e das necessidades básicas da criança.

E a rotina é dos um elemento mais importante da Educação Infantil, por ofertar à criança sentimentos de estabilidade e segurança. Também favorece à criança, maior facilidade de organização espaço-temporal, e a desprende do sentimento de estresse que uma rotina desorganizada pode causar. Ela não necessita ser rigorosa, sem

espaço para invenção (por parte dos professores e das crianças). Pelo contrário, a rotina pode ser rica, alegre e prazerosa, favorecendo um espaço para a construção diária do projeto político-pedagógico da escola de Educação Infantil.

Quando o professor tem uma estrutura de rotina e é mantida, a criança pode se apropriar dela e, conhecendo seu andamento, dar sugestões, propor mudanças, ficar contente com a aproximação de uma atividade muito apreciada. É importante termos consciência de que a criança é capaz de se situar no tempo, e de saber os diferentes momentos que existem na escola durante o dia.

De acordo com Barbosa (2009), as rotinas em Educação Infantil não devem se trabalhar como elementos rígidos e impositivos, mas como procedimentos de estruturação já que contribuem a criar um contexto de segurança através da conservação e manutenção de padrões. Deste modo, quando as crianças vão assumindo as atividades habituais, irão ganhando em possibilidades de introduzir matizes para sua realização.

Por isso que o professor pode dividir a rotina em momentos, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil: momento da entrada; roda de conversa, higienização das mãos e dentes, momento do banho, troca de fraldas, momento da alimentação, momento do parquinho/brincadeiras externas, o sono e/ou repouso, atividades de faz-de-conta, momento do reencontro com as famílias e a saída.

3.5 observação em sala de experiência

Na escola observada as atividades desenvolvidas seguem uma rotina diária. A relação entre as professoras e crianças acontece da seguinte forma: as professoras expõem o que deve ser realizado em cada momento e as crianças realizam o que foi proposto. Há diferenças nas relações de cada professora com suas crianças, no entanto a forma do cuidado e da preocupação são a mesma. As crianças chegam às 13h30min sempre acompanhadas dos pais ou parentes e as que vêm no transporte da prefeitura porque moram em outros bairros. Na hora da saída é o mesmo procedimento, os pais e parentes chegam a escola às 16h50min para pegar as crianças que vão ao transporte da prefeitura só vai de 17h00min.

Verificou-se que a rotina diária pelas professoras permitiu que as crianças compreendessem as atividades propostas no cotidiano escolar. A partir das falas dos

sujeitos da pesquisa percebe-se que as professoras valorizam a presença do lúdico nas práticas pedagógicas. As salas estavam sempre organizadas com as vogais, o alfabeto, os numerais ilustrados e as produções dos conteúdos trabalhos e realizados pelas crianças sempre expostos. Cada sala tem um armário, caixas com livros e revistas para as crianças utilizar para fazer recortes, cadernos, brinquedos. As mesinhas e cadeiras encontravam-se arrumadas em equipes, é um ambiente amplo, bem ventilados e iluminados.

No início as professoras cantaram músicas de acolhimento e cantigas populares levando as crianças a interagir. Elas têm o hábito de colocarem na mesa das professoras o caderno de atividades que foram levados para casa, em seguida, realizou-se atividades do dia. A partir do combinado de regras são resolvidos os problemas do grupo, como por exemplo, o comportamento inadequado que algumas crianças apresentavam no decorrer da aula. As professoras promoveram rodas de conversas, com o intuito de socializar os conhecimentos individuais, propiciando uma troca de experiências entre as crianças.

Durante o período de observação as professoras A e B, trabalharam a fábula dos três porquinhos, o jogo da adição, a caixa surpresa, a caixa de qual é a música, as professoras sempre trabalhavam de forma que chama a atenção das crianças.

Observou-se que, quando uma atividade agradava as crianças, elas não queriam parar de realizá-las. O recreio acontecia em dois momentos, primeiro na sala de aula onde as crianças permaneciam sentadas para lanche tanto a merenda da escola quanto o lanche que trazia de casa, ao terminar de lanche, as crianças formam a fila para a hora da escovação, onde cada sala tinha que esperar a sua hora de ir, em seguida, as crianças têm seu segundo momento de recreação no pátio, que para cada sala é de dez a 15 minutos. As crianças inventavam brincadeiras, outras corriam, jogavam bola, brincavam com as bonecas. E por meio da observação percebeu-se que o jogo e a brincadeira na sala de experiência, não é apenas uma necessidade da criança, mas também um direito que a criança tem.

Analisando os resultados, identificou-se que a prática pedagógica das professoras da Educação Infantil, com base no trabalho lúdico realizado, além de ser motivadora de forma que elas aprendam brincando, fazendo uso da ludicidade em seu cotidiano. E diante dos trabalhos desenvolvidos pelas educadoras no âmbito da ludicidade, nas salas de aula da escola observada, pode-se analisar não só a

importância do lúdico, bem como as possibilidades de aprendizagem de cada crianças.

Então pode-se constatar a importância da ludicidade na educação infantil. É através do brincar que a criança desenvolve a afetividade e o seu cognitivo (Piaget, 1988). Em relação ao uso do jogo educativo e do brinquedo, nas atividades pedagógicas, considera-se ser de grande relevância para a criança. Afirma Kishimoto (2010), através da interação com o meio e a intuição, a criança desenvolve-se cognitivamente, afetivamente, fisicamente e socialmente. Nas interações, os jogos e os brinquedos contribuem na aprendizagem e no desenvolvimento infantil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que o lúdico facilita a aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças e os jogos e brincadeiras estão sempre presentes no seu cotidiano por mais simples que sejam e sempre brincando a criança está aprendendo algo, mas precisam ser orientados por um professor para que se atinja o objetivo final, pois desde uma simples formação de fila, a criança aprende conceitos sobre regras, organização e comportamento ajudando a desenvolver a socialização dela.

A brincadeira contribui para o aprendizado da criança, ela é uma ferramenta pedagógica essencial na Educação Infantil que auxilia o desenvolvimento das crianças de uma forma global. A naturalidade das brincadeiras é fundamental para que as crianças compreendam conceitos importantes que servirão de base para a vida toda.

É através do lúdico que a criança aprende a lidar com seus constrangimentos, se adaptando a novas dimensões de mundo reagrupando suas ideias e formando sua personalidade. Assim, vemos que na infância o período de aprendizagem se faz necessária e indispensável às suas condutas posteriores exigidas na idade adulta. Educar com brincadeiras lúdicas com crianças da pré-escola desenvolve inúmeras funções cognitivas e sociais, por meio dela as crianças educam o autodomínio, as atitudes, à vontade e os valores, já que possa possibilitar a assimilação de regras, facilitando assim sua convivência no grupo.

Observa-se que brincando a criança vai compreendendo o que é ser ela mesma, conhecer seu corpo e ao mesmo tempo se vê inserida num grupo social. O ambiente escolar uma vez que bem preparado favorece a socialização permitindo diferentes formas de comunicação entre as crianças. Cabe, portanto ao professor promover um ambiente propício para que a criança possa explorar e desenvolver características próprias da ludicidade e interação. Sendo assim o elemento lúdico e a interação foram abordados visando ampliar os caminhos da Educação Infantil. Torna-se evidente que a partir dessas experiências (ludicidade e interação) tem-se uma visão mais ampla sobre o mundo que cerca as crianças.

Este estudo buscou-se reunir conceitos que estimulem as atividades lúdicas na Educação Infantil, ressaltando sua importância para a construção do indivíduo.

Sabemos que a criança aprende naturalmente brincando, mas é preciso ressaltar a importância do papel do professor em realizar atividades direcionadas a fim de desenvolver habilidades, disciplina, atenção, respeito, coordenação e equilíbrio.

Pois a Educação Infantil que antes era vista como um lugar para deixar os pequenos de forma assistencialista, hoje já tem caráter formador, sendo base para a construção do processo educacional e com o crescimento de novas tecnologias e das mudanças na sociedade, as crianças chegam a escola com um leque de informações e uma influência da mídia que muitas vezes dificultam a interação com o próximo, por isso o brincar se torna mais uma vez importante. A brincadeira para a criança nunca será ultrapassada, pois como já foi citado está ligado na criança e por meio de jogos e brincadeiras é mais acessível o resgate da interação, valores, respeito e o desenvolvimento total da criança.

Portanto, finaliza-se esse trabalho com o intuito de contribuir para mostrar que a Educação Infantil é uma fase muito importante na vida da criança, e deve ser planejada com atividades lúdicas, que despertem o interesse das crianças, motivando-as a aprender, a buscar o conhecimento de forma prazerosa, de modo que aprendam brincando, se divertindo.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: 1986.

BARBOSA, Silvia. “E quando a gente brinca lá fora?” – Dicotomias nas tramas do cotidiano. In: KRAMER, Sonia (org.) **Retratos de um desafio** – crianças e adultos na Educação Infantil. São Paulo: Ática, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 16 de setembro 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n º 8.069, de 13 de junho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 15 de novembro de 2020.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v. 1 e 2. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9493/90. Brasília, DF: MEC, 20 de dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa **as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC** Versão Final. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CP/CNE 01/02. Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

E-book. Nova Escola. 2018. disponível em: www.bncc.novaescola.org.br. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

FERREIRA, M M. **Salvar corpos, forjar a razão**: contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal (1880- 1940). Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 2001.

FOCHI, P S. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário?** comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre: Penso Editora, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GODOI, E. G. **Avaliação na Educação Infantil: um encontro com a realidade.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

HOFFMANN, Jussara M. Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista.** – Porto Alegre: Mediação, 2005, 35. ed. Revista.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos** - uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo. Ática, 1989.

KISHIMOTO, T, M (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, S. **Infância e sua singularidade.** Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

KUHLMANN JR, M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** 7º ed., Porto Alegre, RS: Mediação. 2015.

LIBÂNEO, J, C. **Adeus professor, adeus professora: Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 1998.

LUCKESI. C, C. (Org). **Educação e ludicidade.** Salvador. 2000.

LUCKESI, C. C. **Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna,** 2005.

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MENDONÇA, C N de. **A Documentação Pedagógica como Processo de Investigação e Reflexão na Educação Infantil.** 2009. 135 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Z de M.R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Inês B. **O Currículo como criação cotidiana.** Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2012.

PIERS, M.W. LANDAU, G.M. **O dom de jogar e por que as crianças não podem prosperar sem ele.** São Paulo: Cortez, 1990.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense, 1967.

Resolução CNE/CP 1/2006. **Diário Oficial da União,** Brasília, 16 de maio de 2006.

SANTOS. Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador.** 5 ed. Vozes. Petrópolis. 2002.

SANTOS, Santa Marli Pires Dos. **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008

SARMENTO, M. J. As **culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade**. In: SARMENTO, M. J; P; CERISARA, A. B. (Orgs). **Crianças e miúdos: perspectivas sociológicas da infância e educação**. Porto: Asa Editores, 2004.

SOUZA, João Francisco de. **Prática pedagógica e formação de professores**. Recife: Bagaço, 2007.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e a formação profissional**. Petrópolis, RJ: vozes 2002.

VELASCO, Cacilda Gonçalves. **Brincar: o despertar psicomotor**. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1996.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa **“LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE A DIDÁTICA DOCENTE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA-AL”**, da pesquisadora RAFAELA SOARES DOS SANTOS, sobre a orientação da Profª GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA. A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto.

Esse estudo se destina a Educação Infantil na turma de 4 e 5 anos. A importância deste estudo é a de analisar as concepções e práticas acerca da ludicidade para docentes da Educação Infantil, percebendo seu papel para o desenvolvimento da criança. E os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: Destacar as concepções da ludicidade na prática pedagógica da Educação Infantil a partir da perspectiva dos professores. Perceber a representação que o professor faz sobre o brincar e a ludicidade. E compreender o papel da ludicidade no desenvolvimento da criança em suas especificidades;

A coleta de dados começará no dia 07 e terminará no dia 12 de Julho de 2019.

O estudo será realizado na seguinte maneira irei fazer observação participante com registro diário e em seguida com aplicação do questionário.

Caso surgia alguma dúvida no decorrer do processo, a graduanda executante da pesquisa se colocará ao meu dispor para esclarecê-las. A qualquer momento poderá entrar em contato com a executante RAFAELA SOARES DOS SANTOS pelo telefone (82) 991891544, ou pelo endereço eletrônico rafaelasoaresilva2015@gmail.com.

Delmiro Gouveia, ____ de _____ de 201__.

Assinatura da executante da pesquisa

Assinatura do representante da escola



UNIVERSIDADE FEDEERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO



UNIDADE DE ENSINO DELMIRO GOUVEIA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DISCENTE: RAFAELA SOARES DOS SANTOS

ORIENTADORA: GISELIANE MEDEIROS ALMEIDA

TEMA DA PESQUISA: “LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE A DIDÁTICA DOCENTE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA- AL”.

PERFIL O ENTREVISTADO

Nome: _____

Formação: _____ Idade: _____

Turma que trabalha: _____

Há quanto tempo leciona na Educação Infantil: _____

OBJETIVO GERAL DA PESQUISA É:

Analisar as concepções e práticas acerca da ludicidade para docentes da Educação Infantil, percebendo seu papel para o desenvolvimento da criança.

QUESTIONÁRIO

1- Qual é o seu entendimento a respeito da ludicidade na Educação Infantil?

2- Você utiliza atividade lúdica em sala de aula?

() SIM () NÃO

Caso a resposta for SIM quais são essas atividades?

3-Como você vê sua prática pedagógica diante do brincar?

4-Qual a importância que você dá as brincadeiras para o desenvolvimento da criança?

5- Você planeja seu trabalho pedagógico com as crianças?

()SIM () NÃO

Justifique sua resposta.

6-Como você definiria a Educação Infantil?

7-Como é a organização da rotina das crianças diante das atividades lúdicas?
